

O OLHAR DO ORIENTADOR: ALUNOS DE ENSINO MÉDIO E O REFLEXO DE SUAS VIVÊNCIAS FAMILIARES NA APRENDIZAGEM

*THE COUNSELOR'S LOOK: HIGH SCHOOL STUDENTS AND THE REFLECTION OF THEIR
FAMILY EXPERIENCES IN LEARNING*

Carini de Fátima Ribeiro Hinnah

Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS, Brasil.

Denise da Costa Dias Scheffer

Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS, Brasil.

Diego Pascoal Golle

Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS, Brasil.

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v24i1.950>

Recebido em: 15.08.2022

Aceito em: 17.09.2022

Resumo: A realidade escolar brasileira a partir de sua contextualização na contemporaneidade, reflete as adversidades no contexto familiar e escolar, permitindo o debate crítico/reflexivo no campo do papel de cada sujeito na interação coletiva dos saberes e sua representatividade na condição de responsável pelo encaminhamento e melhoramento das relações para o ensino e aprendizagem no ambiente escolar. O objetivo da pesquisa é analisar os vínculos relacionados as relações familiares, sociais e coletivas para o desenvolvimento dos alunos no processo de ensino e aprendizagem. Para o presente debate, a pesquisa molda-se de cunho exploratória, a partir de recortes bibliográficos, de natureza qualitativa, dimensionados para o campo da educação, da família, do orientador pedagógico e da escola. Elevando, assim, o debate constantemente necessário aos diálogos pertinentes à educação.

Palavras-chave: Sujeitos. Educação. Saberes. Coletividade.

Abstract: The Brazilian school reality, from its contextualization in contemporary times, reflects the adversities in the family and school context, allowing a critical/reflective debate in the field of the role of each subject in the collective interaction of knowledge and its representativeness in the condition of being responsible for the referral and improvement of relationships for teaching and learning in the school environment. The objective of the research is to analyze the links related to family, social and collective relationships for the development of students in the teaching and learning process. For the present debate, the research is shaped by an exploratory nature, based on bibliographic clippings, of a qualitative nature, dimensioned for the field of education, family, pedagogical advisor and school. Thus, raising the debate that is constantly necessary for dialogues relevant to education.

Keywords: Subjects. Education. Knowledge. Collectivity.



A Revista Missioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

1 Considerações iniciais

Na contemporaneidade, o debate acerca do papel da educação e suas adversidades no campo das relações entre família e a escola, reflete diferentes momentos da história, em que o professor exercia função de tão ou mais responsabilidade que os próprios pais para com seus alunos. O que gerou a problemática do exagero, quando muitos estudantes sofriam com os abusos de autoridade de seus mestres, avalizados por seus progenitores.

No entanto, ao passar dos tempos, houve a propagação de uma imagem distorcida do espaço escolar e se percebe, de uma forma alarmante, que em muitos casos a família se dirige à escola sem intenção de firmar laços de parceria. Para tanto, tornou-se importante analisar esta questão e descobrir métodos de estreitar esse vínculo, em benefício do desenvolvimento adequado das habilidades do aluno.

Pertinente a temática, cumpra-se mencionar o caminho metodológico pertinente da pesquisa descritiva, bibliográfica, na descrição de Gil (2008. p. 49), a pesquisa bibliográfica serve como um delineamento da pesquisa, para o desenvolvimento teórico da proposta entrelaçada ao papel do orientador, do aluno de ensino médio no campo das vivências familiares sob a ótica da aprendizagem.

Para a constituição da abordagem, apresenta-se em primeiro momento a contextualização triangular da família, do aluno e da escola, para a construção coletiva do ensino e aprendizagem no ambiente escolar, tendo a participação ativa dos protagonistas da relação educacional. Posteriormente, o estudo, apresenta a conceituação acerca da base familiar e a relações cotidianas entre as famílias, relatando diversidades de grupos familiares e os vínculos afetivos ao longo dos tempos.

Sequencialmente, tem-se a apresentação da figura do orientador pedagógico na fundamental função de mediador, representante do debate nas relações escolares coletivas entre família e escola, seja no papel pedagógico e ou social na dinâmica de resolução de problemas e soluções no ambiente escolar. Por fim, o estudo elenca novamente a configuração construída no campo da educação, representadas pela sociedade, pelo educador, pela escola e pela família, ambos demonstrando a sensibilidade do engajamento social e coletivo em prol da resolução de conflitos e ações que promovam a qualidade do ensino e aprendizagem ao longo da caminhada dos saberes.

2 Triângulo em prol da aprendizagem: família, aluno, escola

Educar é tarefa sublime, seja ela a partir da mão materna que ajuda segurar o lápis, seja pelo “não” necessário durante o processo de crescimento ou pelas atividades que reforçam a aprendizagem conduzida por um professor. Se estabelece neste pensamento a importância do ensinar, do acompanhar o aprender e o aprendente, na expectativa de que esse acompanhamento se dê pelo olhar da família também, já que a escola o tem como função.

Há um ditado popular que afirma, os filhos devem ser criados e projetados para o mundo. Contemporâneo, já que no passado, época dos avós desta geração, as crianças eram exigidas nos trabalhos das propriedades rurais desde a mais tenra idade. Essa realidade tomou diferente forma com a chegada dos primeiros padres jesuítas, em 1549.

Durante dois séculos os Jesuítas criaram e mantiveram praticamente todo o ensino público no país, tudo que se fizera até então a respeito de educação atendiam apenas a setores isolados, cidades e vilas espalhadas ao longo de nosso território brasileiro, em sua faixa litorânea e, excepcionalmente, em localidades do interior das capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Hoje o ensino fundamental é direito de todos. (NISKIER, 2001, p. 12).

O fato é que a escola perpassou os anos e as tentativas de melhora, chegando hoje à realidade que se vê exposta nos informativos educacionais, nas notícias online, nos jornais e revistas. A sociedade, enquanto órgão vivo, provou ser mutável; da mesma forma, os espaços educacionais.

Cabe destacar, que os alunos, na vida em sociedade, estão presentes, enquanto sujeitos de direitos e deveres, sendo a educação o espaço legítimo para seu desenvolvimento social, nas palavras de Scheffer et. tal (2021, p. 5)

O papel de cada indivíduo é exercido individualmente, com ações distintas, mas que geram fatos para a coletividade, assim cada um constrói sua história no grupo social que se transforma devido a responsabilidade de todo o indivíduo em sua comunidade, de forma que a parte social se modifica com as inovações que o igualitarismo traz. Tratar os sujeitos de maneira emancipatória e respeitando sua realidade, perfaz o caminho para o respeito a humanidade, refletido a responsabilidade individual diante do coletivo, para o bom andamento da vida em sociedade.

Diante de uma demanda cada vez mais exigente de famílias estruturadas a partir de diferentes modelos, da autoridade materna/ paterna um tanto desfigurada e da influência do meio social, se percebe, mais do nunca, a relevância do trabalho do orientador pedagógico. É ele que, segundo Garcia (1986, *apud* Almeida, 2012) tem como função especificada, a de promover a socialização do saber sobre o aluno, na medida em traz para a realidade do aluno para o currículo as suas vivências. Cabe ressaltar que o papel deste profissional se estende por todo o âmbito escolar, sendo capaz de costurar as relações entre os pares envolvidos em divergências, bem como na própria aprendizagem.

A expectativa é que os estudantes tragam de seus núcleos familiares princípios básicos do bem viver, do respeito, da humildade, da observação do outro. De acordo com Osorio (1996, p. 82):

[...] a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência.

Para tanto, segundo Piaget (2007) se vê necessária a aproximação entre pais e professores. Para que, partindo da troca mútua de informação, possa haver interesse e divisão de responsabilidades no ato de educar, que ultrapassa conteúdos e exercícios de revisão.

3 Família: desdobramentos contemporâneos

As refeições ao redor de mesas fartas e numerosas, tendo o pai sentado à ponta e garantindo expressão de comando, deram lugar a poucos momentos no dia em que as famílias, de fato, se reúnem. Há que se trabalhar, estudar, fazer cursos profissionalizantes e gerar rendimentos, de

preferência, maiores que as despesas. Deste modo, os espaços de tempo em que todos do núcleo conseguem estar reunidos estão cada vez mais espaçados.

Além disso, mudanças econômicas e sociais transformaram a típica modalidade “pai, mãe e filhos” em apenas mais uma das muitas tipologias familiares. O que tem acarretado também, em determinados casos, dificuldade do entendimento de expressão “limite” para muitas crianças e adolescentes.

Em notícia veiculada pela revista Valor Econômico (2017), o número de lares brasileiros chefiados por mulheres saltou de 23% para 40% entre 1995 e 2015, segundo informações da pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. O que prova o que vem sendo discutido neste artigo: é inevitável a sobrecarga de apenas uma pessoa na chefia familiar, seja ele homem ou mulher.

Além disso, é importante tratar do fato de que a constituição familiar vem se desvinculando do tradicional casal masculino e feminino e prole. Os vínculos homoafetivos trazem consigo configurações diferentes para a primeira instituição social de cada indivíduo. Em 2011 este modelo de união foi aprovado pelo Supremo Tribunal Federal Brasileiro, desvelando outras possibilidades de formações afetivas.

Percebe-se, a partir das consideráveis mutações sociais, políticas, econômicas e afetivas uma redefinição de família: um grupo social baseado nas relações de intimidade e respeito, na variação de gênero e no entendimento do outro. No entanto, é preciso salientar, que as relações internas desse grupo devem ser bem elaboradas e aprovadas pelo mesmo, para que o adolescente consiga, então, ver-se parte dessa instituição.

Em sendo a primeira inserção social da criança, o espaço do lar se faz de extrema relevância para seu desenvolvimento futuro, seja na aprendizagem, nas interações sociais, na própria aceitação e autoestima. É na sua casa que a criança compreende determinados acordos de igualdade, tanto na esfera dos direitos quanto dos deveres. Também é no seio familiar que se desenvolve enquanto pessoa, dotada de vontades, frustrações, saberes e não saberes. Segundo Wagner e Ribeiro (1999),

No ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida.

Por esses e tantos outros motivos é que a família desempenha papel insubstituível na vida dos alunos que chegam às escolas. Já que será neste ambiente que todo o seu conhecimento de mundo e de relação com o outro será testado e aperfeiçoado. Para Del Prette & Del Prette (2000, p. 196), essa carga de empirismo determina muitas das vivências futuras.

Essas habilidades sociais e sua forma de expressão, inicialmente desenvolvidas no âmbito familiar, têm repercussões em outros ambientes com os quais a criança, o adolescente ou mesmo o adulto interagem, acionando aspectos salutares ou provocando problemas e alterando a saúde mental e física dos indivíduos.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a escola, em sua essência, é mediadora de conhecimento, seja desse, intrínseco à figura humana da criança e/ ou adolescente, ou do científico, que será desenvolvido ao longo dos anos de estudo. Vale ressaltar a necessidade de um triângulo de parceria, sendo a família o terceiro lado dessa forma geométrica.

Inúmeros são os casos em que a escola é tida como controversa às ideias de seus alunos,

bem como progenitores. A indisciplina, o desleixo, o enfrentamento agressivo, a desmotivação constante são alguns dos motivos que podem levar a escola a convidar os responsáveis pelo educando para uma conversa. Pois se vê nesta a oportunidade do tripé família-aluno-escola se fortalecer. É o momento de vínculos de segurança, sinceridade e foco na aprendizagem serem desenvolvidos.

O objetivo da educação como um todo está centrado na aprendizagem. No entanto, é imprescindível o acompanhamento de quem responde pelo aluno à escola. Sabe-se que cada fase do crescimento traz consigo mudanças na forma de ouvir, entender e aceitar o que é pré-estabelecido, sendo a voz familiar tão importante quanto a docente. Parolin (2010, p. 99), reforça a função escolar:

A escola é uma instituição potencialmente socializadora. Ela abre um espaço para que os aprendizes construam novos conhecimentos, dividam seus universos pessoais e ampliem seus ângulos de visão assim como aprendem a respeitar outras verdades, outras culturas e outros tipos de autoridade. Nessa instituição, o mundo do conhecimento, da informação, ou seja, o mundo objetivo, mistura-se ao dos sentimentos, das emoções e da intuição, ao dito mundo subjetivo. É emoção e razão que se fundem em busca de sabedoria.

A expectativa docente, bem como a maternal e/ou paternal, transpassa a grande função da escola citada anteriormente: permitir as sensações, o viver, o querer aprender, o desejo pelo desafio e pela conquista.

Ao mesmo tempo em que o propósito mor da escola se reafirma de tempos em tempos, as transformações no eixo família seguem o mesmo curso. Da época de nossos pais, quando o professor era autoridade maior que os próprios, quando os mesmos eram extremamente permissivos ao ponto de não se incomodar com atitudes de violência verbal, psicológica e até física sofrida pelos alunos chegou-se a um grupo que cobra não mais de sua prole, mas do docente que, involuntariamente, carrega a culpa pelo mal comportamento, pelo desinteresse, inclusive pela reprovação do filho.

Talvez esse tenha sido um dos momentos de maior sacrifício, quiçá vergonha, pelo qual os professores tenham tido o desprazer de vivenciar. Algumas inversões bruscas de valores que colocam à prova a coragem, a determinação e, até mesmo, a saúde de um grupo de profissionais, necessários, porém, vítimas de um transtorno social latente. Há-se de convir que o autoritarismo, sem espaço para entendimento do outro, sem oportunidade de defesa, sem segunda voz no diálogo excedeu seu modelo e provou não ser eficaz. O aprendizado pelo medo não é mais, em definitivo, intenção de qualquer grupo educacional.

Ao contrário, cada vez mais se espera que o professor seja entendido como mão amiga, como amparo e luz da sabedoria. É plausível afirmar que exceções fogem à regra e não deixarão de existir. No entanto, o ambiente escolar está sempre em constante estudo e preparação para formar elos, de boas companhias, de bons pensamentos, aprenderes e trabalho em grupo. O próprio PPP (Projeto Político Pedagógico) tende a alicerçar a construção da escola com base nas ideias de toda a comunidade envolvida: alunos, pais, professores, agentes educacionais. Maia (2013, p. 34) trata com propriedade sobre este assunto:

Diferente da visão empresarial que, na busca pelo lucro, reforça a arbitrariedade do poder e, muitas vezes, nega as relações intersubjetivas no interior da em presa, a escola busca, através do trabalho pedagógico e administrativo, a democratização

e a emancipação do ser humano através do diálogo, do questionamento e do entendimento, pois trabalha com a formação, e não com a geração de produtos prontos e acabados.

Na escola há uma preocupação com o relacionamento entre os atores educacionais (educadores docentes e não docentes, educandos e comunidade), sendo o diretor o responsável por administrar essas relações.

Nesta perspectiva, a educação contemporânea traz como vantagem o fato de que, em função da coautoria na aprendizagem, os familiares têm se envolvido com mais determinação nas situações escolares em que o alunado está envolvido. Segundo Fevorini e Lomônaco (2009, p. 78) há realmente uma mudança no modo de acompanhamento das famílias com relação à escola, especialmente nos aspectos que tangem o sucesso do aprender:

A escola e família nunca estiveram tão próximas. Se antes essa era uma relação distante e esporádica, hoje os pais têm contato quase que diário com as escolas de seus filhos. Depositam na instituição escolar a expectativa de um futuro de sucesso, e cobram e cobram de perto o que consideram ser importante para a ascensão social de suas crianças.

[...] Em paralelo a esse reinado infantil, ocupando o centro das decisões familiares, o sucesso ou o fracasso dos filhos passou a ser visto pelos pais como resultado de suas ações e omissões.

Estas questões são de suma importância, já que o aluno que se vê observado, acompanhado, acarinhado por seus progenitores, também desenvolve pela escola um sentimento de confiança, se vendo seguro no seu ambiente de aprendizagem. A transição no olhar diferenciado para os educandários vai para além dos muros das escolas particulares. Fevorini e Lomônaco (2009) reforçam essa ideia deixando claro que “os pais dos alunos de escolas públicas também depositam na instituição de ensino expectativas com relação ao futuro de seus filhos: querem que a escola os prepare tanto “para a vida” como para o mercado de trabalho”.

Em contrapartida, seguindo as constatações da pesquisadora Maria Alice Nogueira (2015), apesar do grande salto de qualidade na relação família e escola, ainda existem pormenores que dificultam a plenitude nesta questão. As interferências, por exemplo, devem ser contidas: por um lado, os pais não admitem que os docentes determinem acerca da educação de seus filhos; por outro, os professores ficam incomodados quando há intromissão, por parte dos pais, no que diz respeito à metodologia bem como aos aspectos pedagógicos de seu lecionar.

Além disso, Nogueira (2015) levanta outra questão crucial: o fato de que a desvalorização do magistério estabeleceu um processo de pauperização dos professores, colocando-os num nível social-financeiro igual ou abaixo das famílias que os mesmos atendem. É também importante salientar que o nível educacional dos gestores familiares melhorou, fortalecendo o “capital cultural” dos mesmos e os fazendo ainda mais próximos da educação de seus filhos.

4 Orientação pedagógica: o ver para além do que, de fato, é visível

Ainda que a orientação pareça ser responsável apenas pela resolução de problemas provindos do corpo discente da escola, é preciso salientar os vários outros compromissos que são exigidos desse profissional: a realização da formação continuada para os professores; estar atento ao planejamento escolar, se fazendo socorro aos docentes quando necessário; ser interferência

no processo da avaliação escolar; tratar da gestão democrática com igual importância quanto às demais tarefas;

Fica a cargo também do orientador as eleições dentro do âmbito escolar: representatividade estudantil, professor conselheiro, líder de turma, conselho escolar. Além de todas essas questões, também é função deste profissional atender as necessidades dos alunos com deficiência e promover sua inclusão.

Por mais que seja extensa a lista de atribuições a este cargo, a base de seu trabalho deve estar centrada no bem-estar, na permanência e na aprendizagem dos alunos. Fica claro que todas as demais funções devem ser desenvolvidas, mas o olhar profundo para os aprendentes da escola toma o primeiro lugar neste rol de atividades. Almeida e Soares (2012, p. 34) tratam com propriedade sobre a questão das dificuldades de aprendizagem, motivo de muitos dos encaminhamentos chegados à orientação:

A identificação das dificuldades de aprendizagem é uma ação do pedagogo escolar em conjunto com os professores, mas além disso, é preciso apontar as formas de intervenção e superação dessas dificuldades em direção à garantia do direito do aluno de aprender. Sabemos que não raro a atuação do pedagogo em relação aos encaminhamentos dos alunos para atendimentos especializados e serviços de apoio pedagógico (como por exemplo, salas de recursos) acaba sendo limitada pela realidade das condições socioeconômicas destes ou da própria rede de ensino que os atende. Muitas vezes, o caso do Brasil, os municípios não têm a oferta desses serviços ou, quando eles existem, não ocorrem com a qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda. Tal constatação leva-nos a necessária discussão a respeito das políticas públicas nessa área.

Os alunos que apresentam algum tipo de deficiência e/ou dificuldade no processo de aprender devem receber tratamento individualizado. Quando os poderes públicos não provem tal necessidade, fica a cargo do orientador estabelecer o atendimento dentro das condições da instituição em que este está inserido.

Como já mencionado, a tarefa deste profissional não é nada superficial. Ao contrário, o trabalho do orientador pedagógico é um processo à conta-gotas; é ser capaz de ler, a partir de suas experiências, para além do que está escrito; é identificar nos atos de rebeldia o motivo do pedido de socorro; é supor que o silêncio constante possa esconder gritos de medo; é prever condições de aceitação e não aceitação, sendo interferência qualitativa quando necessário. Para Silva (2017, p. 123):

O orientador deverá comprometer-se a investigação da realidade social, do processo de ensino necessário a seus alunos e também com a investigação desses alunos, de maneira com que a construção desse conhecimento a vivência de valores seja significativa para a formação e a construção da cidadania.

[...]

A atuação do orientador educacional compreende a ação educativa e os processos de ensino e de aprendizagem, que se estendem por toda a vida porque nada do que se aprende é definitivo.

Em certos momentos, o papel do orientador deve ser conservador, na medida em que ajusta o aluno à escola e o prepara para seu futuro para com a sociedade. Sua ação impede a emergência de conflitos, pois é preventiva.

Visto de outra maneira o orientador deve ser modernizador, no sentido de

contribuir dentro da escola para a modernização de uma mão-de-obra qualificada e a orientação deve ser esse eixo de segurança.

É um profissional que, involuntariamente, se envolve emocionalmente com os alunos, já que é o grande mediador de conflitos dentro do ambiente escolar. É ele que recebe informações acerca das relações familiares, sociais, afetivas e as usa em benefício da aprendizagem. Porém, é importante salientar que o atendimento do orientador está dentro do âmbito pedagógico e não psicológico, ficando para este último profissional a resolução de situações patológicas.

O orientador pedagógico transita por todas as esferas da intuição educacional onde trabalha. Faz parte da equipe diretiva e desenvolve-se junto ao diretor e ao coordenador pedagógico. Dentro desse contexto, seu trabalho pode ser desenvolvido desde a educação infantil até a última série de ensino na escola.

Partindo do interesse do presente estudo, vale dizer que os adolescentes constituem um grupo que estabelece relação, muitas vezes, de frequência à presença do orientador. Já que, segundo Parolin (2010, p. 83) “faz parte do rol de comportamentos adolescentes uma oscilação de ideias, de preferências e de pontos de vista”. Visto isso, não é raro encontrar um professor adulto impaciente, enfadado, estressado com a insistência exacerbada de algum aluno “aborrecente”. É uma das fases mais complexas para a escola, confirmada nas palavras de Parolin (2010, p. 85):

O adolescente provoca os adultos para obter respostas, para construir sínteses, para ganhar limites e para continuar se estruturando. Para executar esse delicado trabalho, o adolescente necessita firmar seus referenciais para adotá-los, ou não, em sua vida adulta e é junto à sua família e aos outros adultos que ele elege que essa avaliação se fará.

Os adultos se exaltam e esses desesperam com os adolescentes por se sentirem a todo momento ameaçados, inquiridos, invadidos e desvelados. O adulto que convive com um adolescente necessita periodicamente clarificar, tanto para o jovem, quanto para si mesmo, os seus objetivos de vida, seu código ético e moral.

O professor, por sua vez, mesmo diante de um ser em absoluto estado de confusão e construção, tem por obrigação manter-se pleno de maturidade; sendo capaz de ver as dicotomias latentes e encaminhar o aluno à orientação, quando sentir-se inapto a resolver os conflitos que se instalarem.

5 Parceria imprescindível: aluno, pais, instituição escolar

“Ei medo! Eu não te escuto mais” é o verso inicial de uma das canções da banda Jota Quest (2011). Apesar de literário, de constituir-se reflexivo e encorajador, a frase também denota a sensação que se tem ao se enfrentar um aluno tomado de razão e raiva. A atitude exagerada, a voz trêmula, mas gritada, a aparência inquieta passa essa mensagem: não há mais medo, não há mais limites. Existem casos que a própria família delata não saber como proceder em situações cotidianas da rotina escolar e familiar.

A aprendizagem não nasce em terreno conflituoso. As tensões da sala de aula são capazes sim de impedir que o conhecimento seja mediado e tomado para si. Portanto, mediar conflitos, com base familiar forte pode ser uma das formas eficazes de estabelecer acordo e, pouco a pouco, retomar os contornos do que é permitido e também proibido.

No entanto, este é um trabalho de comprometimento, de ajuda e sustentação. Um tripé

alicerçado no ato do desenvolvimento científico e humano do aluno. Não há espaço para “talvez”. Regras muito claras devem ser estabelecidas. E o que for acordado, cumprido.

Houve um tempo em que a baixa escolaridade dos pais se fazia motivo para a ausência dos mesmos no ambiente escolar. Haja vista as mudanças que se sucederam, isto não é mais empecilho. Outra questão que pode interferir na participação da família na escola é o fato de que ainda, em determinados casos, a função docente é vista como prestadora de serviço, nada mais. O ambiente escolar não tange qualquer resquício empresarial. É um órgão vivo, emotivo, formador de caráter também.

Ainda que existam razões para a não estada da família na escola, nenhuma é suficiente para justificar essa negação. Fazer-se presença diante da equipe diretiva, mas especialmente, frente ao filho, é prova de amor, de segurança e autoridade. Para tanto, é também importante, que a escola se utilize de estratégias para a aproximação desse trio. Pereira (2015) apresenta um rol de possibilidades, já que segundo ela, se os pais são engajados, mesmo com um baixo índice de escolaridade, podem promover mesmo assim, grande impacto no desenvolvimento escolar dos filhos.

Para tanto algumas estratégias de chamamento podem ser utilizadas. Pereira (2015) entende que os pais devem ser envolvidos em atividades e eventos escolares, para que não sejam lembrados apenas em momentos de dificuldade. Além disso, a escola pode promover eventos e ações voltadas diretamente para este público, valorizando sua presença e interesse na sua formação. É também importante aproximar-se da linguagem e tentar flexibilizar os horários para atendimento dos mesmos.

Muito se pode fazer a seis mãos, mas vale ressaltar, que é função do orientador promover as oportunidades para que a parceria seja firmada. A escola precisa das famílias e vice versa. Que essa necessidade uma da outra seja o caminho para a superação deste distanciamento que não beneficia a educação. As influências familiares devem refletir no aluno como energia e positividade, sendo o profissional da orientação o elo da corrente, já que, para Silva (2017), o papel do orientador educacional deve estar agregado a todos os segmentos de uma escola, permeando a responsabilidade de mediador entre professor/aluno/pais.

6 Considerações finais

Dizer que “a escola é a segunda casa dos estudantes” reforça o compromisso de todo o corpo docente e gestor das instituições de ensino no que tange a aprendizagem e o bem-estar dos indivíduos. Diante do exposto e de todas as ideias discutidas ao longo deste estudo, pode-se confirmar que as experiências familiares repercutem no aprender do aluno em sala de aula; fomentam a curiosidade para o conhecimento ou desestabilizam de vez sua aprendizagem.

Percebeu-se no discorrer das referências, que a presença da família na escola faz grande diferença na aceitação da condição de aprendiz do educando. Torna-o mais seguro e determinado. É importante ressaltar também o papel de grande relevância do orientador educacional. Mediador de relações, estabelece acordos entre as partes e acompanha o desenvolvimento da aprendizagem do educando, valendo-se da segurança que permeia o trio “pais, aluno e escola”.

Sendo assim, entende-se que as instituições escolares são as responsáveis pela construção do conhecimento científico que é inerente à formação do educando. No entanto, o conhecimento

empírico, emotivo, racional formam o conjunto de habilidades capazes de transformar um discente em um ser completo. A complexidade da educação está no unir sentimentos às práticas didáticas.

Referências

- ALMEIDA, C. M. de. **Pedagogo escolar: as funções supervisora e orientadora**/ Claudia Mara de Almeida, Kátia Cristina Dambiski Soares. – Curitiba: InterSaberes, 2012.
- DEL PRETTE, A., & DEL PRETTE, Z. A. P. (2001). **Psicologia das relações interpessoais: Vivência para o trabalho em grupo**. Petrópolis: Vozes.
- FEVORINI, L. B.; LOMÔNACO, J. F. B. O envolvimento da família na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório com os pais das camadas médias. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 2009.
- JOTA QUEST, **O Sol**, Música de 2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XgeF0aVNZL0>. Acesso em 10 ago. 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAIA, B. P. **Os desafios e as superações na construção do Projeto Político Pedagógico**/ Benjamin Perez Maia, Margarete Terezinha de Andrade Costa. – Curitiba: Intersaberes, 2013. – (Série Processos Educacionais)
- NISKIER, A. **Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.
- NOGUEIRA, M. A. Relação Família e Escola. **Revista do Professor**. – V. 31, nº 123, Editora do Professor, 2015.
- OSORIO, L. C. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PAROLIN, I. **Professores formadores: a relação entre a família, a escolar e a aprendizagem**. Isabel Parolin. – Segunda edição – São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010. 120p.
- PEREIRA, F. Família e escolar: união é o segredo do sucesso. **Revista Profissão Mestre**. Curitiba, Humana Editorial Ltda., 2015.
- PIAGET, J. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.
- TAIAR, E. Número de lares chefiados por mulheres sobe de 23% para 40% em 20 anos. **Revista Valor Econômico**. 2017
<http://www.valor.com.br/brasil/4889492/numero-de-lares-chefiados-por-mulheres-sobe-de-23-para-40-em-20-anos>, 2017. Acesso em 10 de ago. 2022.
- SCHEFFER, D. da C. D.; GOLLE, D. P.; COSTA, M. C.; TANSKI, D. C.; BRUTTI, T. A.; CARDOSO, C. P. Direitos e garantias de igualdade para a formação cidadã dos sujeitos. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e150101421748, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i14.21748. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21748>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- SILVA, L. S. Relação entre orientador educacional e família. **Revista Ciclo**

do Conhecimento. 2017. Disponível em: <http://centraldeinteligenciaacademica.blogspot.com.br/2016/04/relacao-entre-orientador-educacional-e.html>. Acesso em 09 de ago. 2022.

WAGNER, A., RIBEIRO, L. S., ARTECHE, A. X., & BORNHOLDT, E. A. (1999). **Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 12(1), 147-156.

